

CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRETAGEM PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

CADERNO DE ENCARGOS

[2022_027CP]

ÍNDICE

PARTE I	5
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
CLÁUSULA 1.ª OBJETO	5
CLÁUSULA 2.ª CONTRATO	5
CLÁUSULA 3.ª PRAZO CONTRATUAL	6
CLÁUSULA 4.ª RELAÇÕES ENTRE CORRETORES E SEGURADORAS	6
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	6
SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE	6
CLÁUSULA 5.ª OBRIGAÇÕES DOS COCONTRATANTES	6
CLÁUSULA 6.ª OBRIGAÇÕES DA ADP SGPS	7
CLÁUSULA 7.ª DEVER DE SIGILO	7
CLÁUSULA 8ª TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	9
CLÁUSULA 9ª CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	11
CLÁUSULA 10ª TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS	11
CLÁUSULA 11ª DEVER DE COOPERAÇÃO	11
SECÇÃO II	12
OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS	12
CLÁUSULA 12ª PREÇO BASE E PREÇO CONTRATUAL.....	12
SECÇÃO III ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	12
CLÁUSULA 13ª ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO MODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	12
CAPÍTULO III	13
INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	13
CLÁUSULA 14ª CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO DO COCONTRATANTE	13
CLÁUSULA 15ª SANÇÕES CONTRATUAIS	14
CLÁUSULA 16ª FORÇA MAIOR	14
CLÁUSULA 17ª RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DA CONTRAENTE PÚBLICA.....	16
CLÁUSULA 18ª RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DO COCONTRATANTE	16
CLÁUSULA 19ª EXECUÇÃO DA CAUÇÃO	17
CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS	17

CLÁUSULA 20ª Deveres de informação	17
CLÁUSULA 21ª COMUNICAÇÕES.....	18
CLÁUSULA 22ª FORO COMPETENTE	18
CLÁUSULA 23ª DIREITO APLICÁVEL E NATUREZA DO CONTRATO	18
CLÁUSULA 24ª CONTAGEM DOS PRAZOS.....	18
PARTE II CONTRATOS DE SEGURO.....	18
CLÁUSULA 25ª OBJETO	19
CLÁUSULA 26ª ATUALIZAÇÃO DO OBJETO	19
CLÁUSULA 27ª PRAZO DE VIGÊNCIA	19
CLÁUSULA 28ª INTERPRETAÇÃO	20
CLÁUSULA 29ª RESSEGUROS	20
CLÁUSULA 30ª EMISSÃO DE APÓLICES	20
CLÁUSULA 31ª OBRIGAÇÕES GENÉRICAS DOS SEGURADORES	21
CLÁUSULA 32ª OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS NO ÂMBITO DOS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO DE SINISTROS	22
CLÁUSULA 33ª PRÉMIOS DE SEGURO E RESPECTIVO PAGAMENTO	22
CLÁUSULA 34ª FALTA DE INFORMAÇÃO PRÉVIA	23
CLÁUSULA 35ª RESOLUÇÃO DE CONTRATOS POR INICIATIVA DO SEGURADOR	24
CLÁUSULA 36ª RESOLUÇÃO DE CONTRATO POR INICIATIVA DAS EMPRESAS SEGURADAS.....	25
PARTE III CONTRATO DE CORRETAGEM	25
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	25
CLÁUSULA 37ª OBJETO	25
CLÁUSULA 38ª FORMA	26
CLÁUSULA 39ª PRAZO DE VIGÊNCIA	26
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	26
CLÁUSULA 40ª OBRIGAÇÕES GENÉRICAS DOS CORRETORES	26
CLÁUSULA 41ª CONSTITUIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA CAUÇÃO	28
CLÁUSULA 42ª OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DE GESTÃO DO PROGRAMA E DOS CONTRATOS DE SEGURO	28
CLÁUSULA 43ª OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS NA GESTÃO TÉCNICA E DE RISCOS ..	29
CLÁUSULA 44ª OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS NA GESTÃO DE SINISTROS.....	30
CLÁUSULA 45ª ESTABELECIMENTO	30
CLÁUSULA 46ª ÂMBITO TERRITORIAL.....	30
CLÁUSULA 47ª MEIOS HUMANOS.....	31

CLÁUSULA 48.^a REGISTO E ARQUIVO DE DADOS E DOCUMENTOS	31
CAPÍTULO III RELAÇÕES ENTRE AS PARTES	31
CLÁUSULA 49.^a AUTONOMIA DO CORRETOR.....	31
CLÁUSULA 50.^a REMUNERAÇÃO	32
CLÁUSULA 51.^a REFERÊNCIAS COMERCIAIS	32
CAPÍTULO IV INCUMPRIMENTO	33
CLÁUSULA 52.^a SANÇÕES CONTRATUAIS	33
CLÁUSULA 53.^a RESOLUÇÃO POR INICIATIVA DO CORRETOR.....	33
CLÁUSULA 54.^a RESOLUÇÃO POR INICIATIVA DA ADP SGPS.....	34
CLÁUSULA 55.^a REGIME SUPLETIVO	34
ANEXOS	35

PARTE I

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar relativos à contratação de seguros de acidentes de trabalho e coberturas ou garantias complementares que lhes sejam normalmente associadas ou associáveis, bem como à aquisição de serviços de corretagem para as empresas do grupo Águas de Portugal.
2. As apólices de acidentes de trabalho a constituir para as empresas do grupo Águas de Portugal devem contemplar as coberturas previstas na legislação em vigor, serem constituídas de acordo com a modalidade prevista e garantirem as extensões de cobertura e demais termos previstos no **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.

CLÁUSULA 2.ª

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Cocontratante.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior;

3. Os ajustamentos propostos pelas entidades adjudicantes nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

CLÁUSULA 3.ª

Prazo Contratual

Os Contratos de seguro vigoram entre o dia **01 de maio de 2022** e o dia **30 de abril de 2023**, sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurarão para além da data de cessação dos contratos.

CLÁUSULA 4.ª

Relações entre Corretores e Seguradoras

As relações entre os Corretores e as Seguradoras de cada agrupamento adjudicatário são reguladas por protocolos de corretagem e devem ser sempre orientadas para a execução exata e pontual das obrigações assumidas perante as entidades adjudicantes.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

CLÁUSULA 5.ª

Obrigações dos Cocontratantes

Para além das obrigações previstas na legislação aplicável, constituem obrigações dos Cocontratantes Celebrar os Contratos de Seguro nos termos do disposto no presente Caderno de Encargos;

- a) Não alterar as condições de prestação de serviços estabelecidas fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- b) Prestar de forma correta e fidedigna à AdP SGPS e ao Corretor do respetivo agrupamento adjudicatário as informações relevantes referentes às condições da

prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se afigurem necessários para a gestão do Contrato respetivo;

- c) Remunerar o Corretor do agrupamento nos termos previstos no protocolo de corretagem;
- d) Fornecer à AdP SGPS e ao Corretor do agrupamento adjudicatário uma declaração emitida por revisor oficial de contas ou pela entidade fiscalizadora das contas de cada Segurador, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues relativos à proposta adjudicada.

CLÁUSULA 6.ª

Obrigações da AdP SGPS

1. A AdP SGPS, para além dos seus direitos e obrigações enquanto Entidade Adjudicante, constitui a entidade responsável pela gestão dos Contratos, nos termos do disposto na presente cláusula.
2. Sem prejuízo de outros poderes ou obrigações que estejam previstos no presente Caderno de Encargos, a AdP SGPS, na qualidade de gestora dos Contratos, tem as seguintes incumbências:
 - a) Nomear um responsável pela gestão dos contratos a celebrar, e comunicar a sua nomeação às Seguradoras, às Corretoras e às Empresas Seguradas, bem como qualquer alteração da mesma que ocorra;
 - b) Gerir e acompanhar a execução dos Contratos;
 - c) Prestar esclarecimentos às Empresas Seguradas sobre os termos dos Contratos;
 - d) Coligir as reclamações das Empresas Seguradas sobre a execução dos Contratos;
 - e) Acompanhar a execução dos Contratos, podendo para o efeito exercer todos os poderes legais de fiscalização, e, quando necessário, fazer aplicar as sanções previstas em caso de incumprimento;

CLÁUSULA 7.ª

Dever de sigilo

1. Os Seguradores e os Corretores incluindo todos os membros dos respetivos órgãos de administração, funcionários ou prestadores de serviços, e também os Resseguradores que consultem ou com os quais partilhem os riscos a segurar, devem guardar sigilo sobre a

informação e a documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às Empresas Seguradas, bem como aos clientes, fornecedores, prestadores de serviços, colaboradores e trabalhadores destas, incluindo a informação e a documentação sobre a organização, os métodos de produção ou de prestação de serviços e quaisquer operações ou meros projetos entre elas ou com terceiros, de que venham a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução dos Contratos.

2. Os Seguradores e os Corretores obrigam-se a não divulgar, direta ou indiretamente, a informação ou a documentação abrangida pelo dever de sigilo, seja por que forma for, a tomar todas as medidas que razoavelmente estejam ao seu alcance para impedir a sua divulgação e para manter a sua confidencialidade, incluindo a sua não transmissão a terceiros, e a não dar a essa informação e a essa documentação qualquer uso ou aproveitamento que não se destine direta e exclusivamente à execução dos Contratos.
3. Encontra-se excluída do âmbito objetivo do dever de sigilo qualquer informação ou documentação que:
 - a) Seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelos Seguradores ou pelos Corretores;
 - b) Os Seguradores ou os Corretores estejam legalmente obrigados a divulgar ou a facultar por força da lei ou de um processo judicial, no âmbito estrito de tal dever.
4. No caso previsto na alínea b) do número anterior, os Seguradores ou os Corretores devem informar e documentar as Empresas Seguradas a que respeitar a informação em causa, de que lhes foi legalmente ordenado que procedessem à divulgação de determinada informação ou documentação previamente ao cumprimento dessa ordem.
5. Os deveres de sigilo e de confidencialidade mantêm-se em vigor após a cessação, por qualquer causa, dos Contratos.
6. Os deveres de sigilo e de confidencialidade de natureza contratual previstos na presente cláusula acrescem aos deveres legais de sigilo e de confidencialidade previstos na lei no âmbito das atividades seguradora e de mediação de seguros.

CLÁUSULA 8ª

Tratamento de dados pessoais

1. No caso dos Seguradores ou dos Corretores necessitarem de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, devem fazê-lo nos seguintes termos:
 - a) Na qualidade de subcontratante, o tratamento de dados pessoais é realizado exclusivamente para a integral e adequada prossecução dos fins constantes dos Contratos, por conta e de acordo com as instruções da AdP SGPS; ou
 - b) Na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados, quando exigível para o desenvolvimento da atividade de seguradora ou corretora, o tratamento de dados pessoais é realizado nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. Os Seguradores e os Corretores não podem proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para proveito próprio ou para outros fins que não decorram do cumprimento de obrigações legais, contratuais ou prossecução de interesses legítimos.
3. Os Seguradores e os Corretores, na qualidade de subcontratantes, devem cumprir rigorosamente as instruções da AdP SGPS no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.”
4. Os Seguradores e os Corretores devem proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. Os Seguradores e os Corretores devem tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores que, a qualquer título, tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelas entidades adjudicantes, pela AdP SGPS ou por quem atue em representação destes.
6. Os Seguradores e os Corretores devem assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelos Contratos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo responsáveis pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.

7. Mediante solicitação escrita da AdP SGPS, os Seguradores e os Corretores devem, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. Os Seguradores e os Corretores devem comunicar de imediato à AdP SGPS quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. Os Seguradores e os Corretores encontram-se adstritos a notificar de imediato a AdP SGPS de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se os Seguradores e os Corretores tomarem conhecimento ou suspeitarem de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, devem notificar, por escrito, a AdP SGPS, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que lhe possa razoavelmente ser solicitada.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis aos Seguradores ou os Corretores, estes comprometem-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para as Empresas Seguradas ou para a AdP SGPS:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
12. Os Seguradores e os Corretores obrigam-se a ressarcir a AdP SGPS ou as Empresas Seguradas por todos os prejuízos em que estas venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte dos Seguradores e os Corretores e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* é fundamento de

resolução do presente contrato com justa causa pelas Empresas Seguradas, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

CLÁUSULA 9ª

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Contraente Pública.
2. Dependendo da opção da Contraente Pública, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

CLÁUSULA 10ª

Transferência de dados pessoais

Os Seguradores e os Corretores não podem transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, exceto se essa transferência de dados pessoais a entidades terceiras, a que aceda no decurso da execução do contrato, seja efetuada única e exclusivamente, no âmbito da gestão da relação do contrato de seguro e desde que estas entidades, quando atuem como subcontratantes, cumpram com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.

CLÁUSULA 11ª

Dever de cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS

CLÁUSULA 12ª

Preço base e preço Contratual

- 1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos, as Empresas Seguradas devem pagar às Seguradoras e aos Corretores o preço constante na proposta adjudicada.
- 2. O preço referido no número anterior corresponde aos prémios comerciais devidos pelos seguros, aos quais acrescem as taxas, impostos e encargos devidos nos termos da legislação aplicável.
- 3. O valor do preço base do prémio comercial global é de **710 004,07€ (setecentos e dez mil, quatro euros e sete cêntimos)**.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 13ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

- I. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Contraente Pública, a identificar no contrato.

2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao Cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 14^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Contraente pública.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A Contraente Pública deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Contraente Pública pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Contraente Pública, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 15ª

Sanções Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Contraente Pública pode exigir do Cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária por cada dia de atraso no cumprimento de obrigações sujeitas a prazo pelo Contrato de Seguro, em montante a determinar, entre 0,1% e 1% do valor do prémio comercial anual, fixado em função da gravidade do incumprimento ocorrido.
2. Em caso de incumprimento de obrigações que não estejam sujeitas a prazo por parte dos Seguradores, o pagamento da sanção prevista no número anterior pode ser exigido:
 - a) Após notificação dos Seguradores em causa, advertindo-o para cumprir a obrigação em falta em prazo razoável estipulado pela AdP SGPS;
 - b) Após o decurso integral do prazo estipulado pela AdP SGPS sem que a obrigação em falta tenha sido cumprida.
3. A previsão e a aplicação das sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que as Empresas Seguradas possam, nos termos gerais, exercer o direito de resolução do Contrato de Seguro, acionar as garantias prestadas ou exigir o pagamento de indemnização pelos danos imputáveis aos Seguradores.
4. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.

CLÁUSULA 16ª

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e

- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

- 4.** A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
- 5.** A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Contraente Pública a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização.

CLÁUSULA 17ª

Resolução do contrato por parte da Contraente Pública

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Contraente Pública pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Contraente Pública.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
4. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 14.ª relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
5. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstando a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelos danos excedentes.

CLÁUSULA 18ª

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CLÁUSULA 19ª

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pela Contraente Pública sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela Contraente Pública não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da Contraente Pública para esse efeito.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 20ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

CLÁUSULA 21^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Contraente Pública e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

CLÁUSULA 22^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com renúncia expressa a qualquer outro.

CLÁUSULA 23^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

CLÁUSULA 24^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

PARTE II

CONTRATOS DE SEGURO

CLÁUSULA 25ª

Objeto

O conteúdo do Contrato de Seguro a celebrar é parametrizado pelo definido no presente Caderno de Encargos e nos seus anexos, com as seguintes ressalvas:

- a) O âmbito objetivo de aplicação das disposições formalmente compreendidas na Parte II do presente Caderno de Encargos possui carácter geral, devendo as mesmas serem integradas e aplicáveis em todos os Contratos de Seguro, salvo nos casos em que essas disposições sejam derogadas por disposições constantes dos anexos próprios de cada grupo ou modalidade de seguro ou não tenham aplicação em função da natureza da atividade das Empresas Seguradas ou do objeto dos Contratos de Seguro;
- b) Não existem quaisquer períodos de carência ou de suspensão da eficácia dos Contratos de Seguro.

CLÁUSULA 26ª

Atualização do Objeto

- 1. O Contrato de Seguro deve fixar os termos em que as Empresas Seguradas podem proceder à atualização do seu objeto, nomeadamente quanto à inclusão de pessoas ou interesses associados ao universo segurável do Contrato de Seguro, ou à atualização dos respetivos capitais por comunicação ao Corretor, tendo-se as mesmas por automaticamente aceites.
- 2. A atualização do objeto do Contrato de Seguro é titulada por ata adicional à apólice relativa a cada Empresa Segurada.
- 3. A atualização do objeto dos Contratos de Seguro, nos termos do disposto na presente cláusula, não pode ter por consequência que a taxa/prémio a aplicar seja divergente daquela que foi fixada na proposta adjudicada.

CLÁUSULA 27ª

Prazo de vigência

O Contrato de seguro vigora, na ausência de qualquer vicissitude que implique a sua extinção antecipada, entre o dia **01 de maio de 2022** e o dia **30 de abril de 2023**, sem prejuízo da sua eficácia posterior que resulte da lei ou do próprio contrato.

CLÁUSULA 28.^a

Interpretação

1. As normas constantes dos n.ºs 5 e 6 do artigo 96.º do CCP são aplicáveis na interpretação dos Contratos de Seguro.
2. As condições gerais ou especiais em uso pelos Seguradores apenas são admissíveis nos casos de não contrariarem o disposto nos Contratos de Seguro ou em disposições legais ou regulamentares relativas a seguros obrigatórios ou à obrigação de segurar ou de estabelecerem, caso a caso, soluções mais favoráveis para o interesse das Empresas Seguradas, se distintos, do que as previstas nos Contratos.
3. Os regimes legais e regulamentares relativos a cada tipo de seguro e o regime geral do contrato de seguro são, por esta ordem, supletivamente aplicáveis aos Contratos de Seguro.
4. Em caso de dúvida, os Contratos de Seguro, dentro dos limites legalmente previstos para a interpretação de contratos, devem ser interpretados com o sentido e o alcance que permitir a melhor satisfação dos interesses e expectativas das Empresas Seguradas.
5. O teor das epígrafes não limita a interpretação das respetivas disposições.
6. As expressões usadas nos Contratos de Seguro que correspondam a definições legais constantes da legislação aplicável à atividade seguradora, à atividade de mediação de seguros e aos contratos de seguro, valem com o sentido previsto na lei.

CLÁUSULA 29^a

Resseguros

Sem prejuízo da integral independência entre o Contrato de Seguro e os contratos de resseguro, contratual ou facultativo, que os Seguradores estabeleçam ou usem para sua proteção, os Seguradores não poderão colocar o resseguro dos riscos subscritos ao abrigo do Contrato junto de empresas de seguros ou de resseguro que não estejam habilitadas para exercer a atividade resseguradora no espaço da União Europeia, segundo o tipo de operação em causa.

CLÁUSULA 30^a

Emissão de Apólices

1. As apólices relativas ao Contrato de Seguro que incidem sobre riscos existentes à data de celebração e que estejam discriminados nas peças do procedimento devem ser emitidas na data da sua celebração.
2. As apólices devem indicar como:
 - a) Entidade tomadora, a Entidade Adjudicante que é responsável pelo pagamento dos prémios de seguros correspondentes;
 - b) Entidade ou entidades seguradas, as Entidades Adjudicantes titulares dos interesses seguros, quer quaisquer outros interessados no objeto dos Contratos de Seguro;
 - c) Beneficiários, as entidades ou pessoas com interesse em qualquer das garantias do Contrato de Seguro que sejam o seu objeto.

CLÁUSULA 31^a

Obrigações genéricas dos Seguradores

1. Os Seguradores obrigam-se a cumprir as suas obrigações legais e contratuais com prontidão, diligência e qualidade, colocando à disposição das Empresas Seguradas os melhores conhecimentos técnicos que cada situação determine ou aconselhe, e em estrita conformidade com o disposto no Contrato de Seguro e nas disposições imperativas aplicáveis de natureza legal ou regulamentar, nomeadamente nas que respeitam:
 - a) Ao regime legal dos contratos de seguros;
 - b) À fiscalidade específica dos contratos e das operações de seguros;
 - c) À fiscalidade específica da remuneração dos mediadores de seguros;
 - d) Ao exercício da atividade de seguradoras e de mediadores de seguros;
 - e) À prevenção de crimes, designadamente dos crimes associados ao branqueamento de capitais;
 - f) À comercialização de seguros e à proteção dos consumidores.
2. Os Seguradores obrigam-se igualmente a:
 - a) Assumir, diligente e atempadamente, todas as iniciativas necessárias ou adequadas à limitação das consequências de qualquer sinistro ou à remoção da ameaça de

ocorrência de qualquer sinistro, incluindo em situações de emergência, e colaborar nas iniciativas que, com o mesmo fim, sejam assumidas pelas Empresas Seguradas;

- b) Realizar, com diligência e celeridade, diretamente ou através de terceiro, de acordo com procedimentos previstos em protocolo específico se disso for o caso, ou segundo as melhores regras, as averiguações e as peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros, as iniciativas e os procedimentos tendentes à fixação e avaliação adequada dos danos que deles decorram, e à determinação dos termos em que, em dinheiro ou em espécie, esses danos devem ser indemnizados;
- c) Suportar as despesas decorrentes da regularização de sinistros, incluindo as judiciais;
- d) Pagar as prestações intercalares e as indemnizações devidas no prazo legal ou contratual aplicável;
- e) Satisfazer, de forma fidedigna e célere, os pedidos de informação, de esclarecimento e de documentos solicitados pelas Empresas Seguradas ou, no âmbito da gestão dos Contratos de Seguro pela AdP SGPS.

CLÁUSULA 32^a

Obrigações específicas no âmbito dos processos de regularização de sinistros

1. Os Seguradores devem disponibilizar às Entidades Adjudicantes e ao Corretor informação atualizada sobre os processos de sinistros, incluindo informações sobre o estado do processo e sobre os pagamentos associados;
2. Os Seguradores obrigam-se a adotar as diligências necessárias à regularização dos sinistros verificados, incluindo a promoção de contacto com as Empresas Seguradas de acordo com a urgência ou emergência que a situação determinar.

CLÁUSULA 33^a

Prémios de seguro e respetivo pagamento

1. As Empresas Seguradas devem pagar ou fazer pagar aos Seguradores os prémios de seguro correspondentes aos seguros contratados, acrescido dos encargos, taxas e impostos que forem legalmente devidos em cada momento, como contrapartida das coberturas contratadas.

2. As Empresas Seguradas podem optar pelo pagamento fracionado e sem encargos dos prémios de seguro.
3. Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, o pagamento dos prémios de seguro pelas Empresas Seguradas deve ser efetuado junto do Corretor respetivo, no prazo de 30 (*trinta*) dias contados desde o respetivo vencimento ou desde a data de efeito do correspondente aviso para pagamento, consoante o que seja mais favorável às Empresas Seguradas, tendo-se tais pagamentos como liberatórios relativamente aos Seguradores.
4. A falta de pagamento de qualquer prémio de seguro no prazo previsto no número anterior apenas constitui em mora as Empresas Seguradas em falta, não implicando nem a extinção, sob a forma de caducidade ou outra, nem a ineficácia do Contrato de Seguro, nem, em especial, a falta de cobertura relativamente a quaisquer sinistros que ocorram na pendência da mora.
5. O direito de resolução com fundamento na mora a que se refere o número anterior apenas pode ser exercido mediante declaração expressa enviada à AdP SGPS, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação, salvo se a entidade notificada cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

CLÁUSULA 34ª

Falta de informação prévia

1. A falta de informação prévia, decorrente da periodicidade de declarações ou ainda de erro não intencional, relativa à inclusão de bens ou de interesses no universo segurável de cada Empresa Segurada e de cada Contrato de Seguro, ou à atualização dos respetivos capitais ou valores a segurar, não constitui causa de exclusão, de ineficácia ou de limitação de cobertura, de garantia, de capital ou da prestação que seria devida se a informação tivesse sido prévia e atempadamente transmitida.
2. A falta de informação prévia, nas situações a que alude o número anterior, apenas pode dar lugar à correção do montante do prémio correspondente, tomando por referência para essa correção o dia em que se tenham verificado os factos cuja ocorrência deveria ter sido atempadamente transmitida.
3. O disposto na presente cláusula não será aplicável se e o aumento efetivo e líquido da exposição do Segurador exceder 15% (*quinze por cento*).

CLÁUSULA 35.^a

Resolução de Contratos por iniciativa do Segurador

- 1.** A verificação das situações previstas no n.º I do artigo 332.º do CCP apenas habilita um Segurador a resolver o Contrato de que seja parte e apenas quanto à Empresa Segurada que se encontre em situação de incumprimento.
- 2.** O direito de resolução referido no número anterior, quando exercido por verificação de uma situação de incumprimento de obrigações pecuniárias por parte da correspondente Empresa Segurada, pode ser exercido mediante declaração enviada a esta, produzindo efeitos no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da comunicação, salvo se alguma das entidades notificadas cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar, caso em que a declaração de resolução não produz quaisquer efeitos.
- 3.** Caso intervenha, na qualidade de Segurador, mais do que uma empresa de seguros, o direito de resolução apenas pode ser exercido por uma das empresas de seguros, exceto no caso em que exista associação em regime de cosseguro, situação em que o direito de resolução apenas pode ser exercido por um conjunto de empresas de seguros que respondam por mais de 60% (sessenta por cento) do risco segurado.
- 4.** O direito de resolução referido no número anterior apenas pode ser exercido após fixação de um prazo, não inferior a 15 (quinze) dias, para regularização da situação comunicada.
- 5.** Decorrido o prazo estabelecido no número anterior, os Seguradores podem exercer o direito de resolução do Contrato em causa mediante declaração enviada à AdP SGPS, a qual produz efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação.
- 6.** Caso intervenham, como Seguradoras do mesmo contrato, várias empresas de seguros, o direito de resolução apenas pode ser exercido por uma das empresas de seguros, exceto no caso em que exista associação em regime de cosseguro, situação em que o direito de resolução apenas pode ser exercido por um conjunto de empresas de seguros que respondam por mais de 60% (*sessenta*) do risco garantido.

CLÁUSULA 36.^a

Resolução de Contrato por iniciativa das Empresas Seguradas

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no artigo 333.º do CCP, as Empresas Seguradas podem, a título sancionatório, resolver o Contrato, na parte que lhe respeita, no caso de o Segurador violar de forma grave, reiterada ou sistemática qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução do Contrato previsto no número anterior é exercido pelas Empresas Seguradas, podendo fundamentar-se no incumprimento grave, reiterado ou sistemático de Contratos de Seguro por parte do Segurador, sem prejuízo dos demais casos previstos na lei.
3. A resolução de Contrato com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP é realizada pela AdP SGPS.
4. Nos casos previstos na presente cláusula, o Segurador fica obrigado ao pagamento de indemnização pelos danos causados, incluindo os relacionados com a adoção de novo procedimento de formação de contrato e de outras quantias que sejam devidas, nos termos gerais do direito.
5. O pagamento das quantias previstas no número anterior deve ser realizado pelo Segurador no prazo de 30 (*trinta*) dias após notificação para esse efeito.
6. No caso de resolução de Contrato por iniciativa das Empresas Seguradas, estas podem, de forma a garantir a continuidade da cobertura dos riscos seguros e a prestação continuada dos serviços de corretagem respetivos, diferir os efeitos da resolução até à data da celebração de novo contrato na sequência de um novo procedimento de formação de contratos, com o limite de 3 (*três*) meses a contar da data de comunicação da resolução.

PARTE III

CONTRATO DE CORRETAGEM

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 37.^a

Objeto

O Contrato de Corretagem, a celebrar entre as Empresas Seguradas e o Corretor integrante do agrupamento adjudicatário, tem por objeto a definição das condições em que os serviços de corretagem de seguros e demais serviços associados são prestados.

CLÁUSULA 38.^a

Forma

O Contrato de Corretagem deve ser celebrado por escrito e integra os documentos identificados no n.º 2 do artigo 96.º do CCP.

CLÁUSULA 39.^a

Prazo de vigência

Sem prejuízo do regime aplicável às obrigações acessórias e das causas de cessação antecipada previstas na presente cláusula, o Contrato de Corretagem vigora entre o dia **01 de maio de 2022** e o dia **30 de abril de 2023**.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA 40.^a

Obrigações genéricas dos Corretores

- I. O Corretor obriga-se a prestar os serviços de corretagem que qualquer corretor profissional assegura aos seus clientes e demais serviços associados, com prontidão, diligência e qualidade, colocando à disposição das Empresas Seguradas os melhores conhecimentos técnicos que cada situação determine ou aconselhe, e em estrita conformidade com o disposto no Contrato de Corretagem e nas disposições imperativas aplicáveis de natureza legal ou regulamentar, nomeadamente nas que respeitam:
 - a) Ao regime legal dos contratos de seguros;
 - b) À fiscalidade específica dos contratos e das operações de seguros;
 - c) À fiscalidade específica da remuneração dos mediadores de seguros;

- d) Ao exercício da atividade de seguradoras e de mediadores de seguros;
- e) À prevenção de crimes, designadamente dos crimes associados ao branqueamento de capitais;
- f) Ao regime legal dos contratos de serviços financeiros negociados à distância;
- g) À comercialização de seguros e à proteção dos consumidores.

2. Em especial, o Corretor respetivo em estreita articulação com as Empresas Seguradas, obriga-se a:

- a) Observar escrupulosamente os pedidos e as instruções das Empresas Seguradas e da AdP SGPS, desde que formuladas e transmitidas nos termos e moldes que estiverem convencionados;
- b) Colaborar de forma ativa na identificação, estudo, prevenção, tratamento, limitação e eventual transferência dos riscos seguráveis a que as Empresas Seguradas estão ou venham a estar expostas no âmbito do objeto do contrato;
- c) Colaborar de forma ativa na gestão de quaisquer sinistros, incidentes ou reclamações relativas ao programa de seguros das Empresas Seguradas ou ao Contrato de Seguro que o integram ou integrem, prestando o apoio que se justificar às Empresas Seguradas;
- d) Cooperar de forma ativa na preparação de regras e medidas de segurança e no estudo e elaboração de cenários de crise e de planos de contingência no âmbito dos riscos seguráveis que possam decorrer das atividades das Empresas Seguradas, incluindo, em especial, a realização de inspeções às principais unidades onde se desenvolvam as respetivas atividades, e a elaboração de relatórios de análise de risco e de recomendações não vinculantes;
- e) Manter as Empresas Seguradas informadas sobre a evolução do mercado segurador, nomeadamente:
 - i) Transmitir e comentar quaisquer alterações aos diplomas legais e regulamentares aplicáveis ou relevantes para a modalidade de seguros contratados em causa;

- ii) Promover, sempre que se justifique, todas as iniciativas que devam resultar de alterações aos diplomas legais e regulamentares aplicáveis aos seguros contratados;
 - iii) Prestar informações, para efeitos de *benchmark*, sobre as coberturas e demais condições praticadas no mercado segurador, bem como sobre outros dados relevantes para o efeito;
 - iv) Elaborar estudos e estimativas sobre a segurabilidade futura dos riscos cobertos pelos Contratos de Seguro.
- f) Manter um registo formal de todas as suas relações profissionais e de todos os contactos promovidos com as Empresas Seguradas e com a AdP SGPS;
 - g) Prestar de forma fidedigna as informações e os esclarecimentos que se justifiquem referentes às condições em que são prestados os serviços de corretagem;
 - h) Pautar o seu relacionamento com as Empresas Seguradas e com a AdP SGPS de acordo com o princípio da boa-fé e tendo em atenção o disposto no Código de Conduta e Ética adotado pela Comissão Executiva da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

CLÁUSULA 41.^a

Constituição e atualização da caução

O Corretor deve prestar e manter constituída uma caução que garanta o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com a celebração do respetivo Contrato de Corretagem.

CLÁUSULA 42.^a

Obrigações específicas de gestão do programa e dos Contratos de Seguro

No que respeita especificamente à gestão do programa de seguros o Corretor, em articulação com a AdP SGPS, deve prestar os seguintes serviços, nomeadamente:

- a) Conferir as apólices e as atas adicionais;

- b) Enviar a documentação relativa ao Contrato de Seguro para as Empresas Seguradas, apólices e atas adicionais;
- c) Calcular e conferir o montante dos prémios e dos estornos e emitir a documentação de suporte;
- d) Controlar e gerir a cobrança de prémios, de acordo com a legislação em vigor, e enviar os correspondentes recibos de prémio ou de estorno para as respetivas Empresas Seguradas

CLÁUSULA 43.^a

Obrigações específicas na gestão técnica e de riscos

1. No que respeita especificamente à gestão técnica e de riscos no âmbito da atividade das Empresas Seguradas e do Contrato de Seguro, o Corretor, em articulação com a AdP SGPS, deve prestar, nomeadamente, os seguintes serviços:

- a) Promover a realização de reuniões ordinárias de acompanhamento da evolução dos riscos das Empresas Seguradas e suas repercussões na carteira de seguros;
- b) Coligir e remeter às Entidades Adjudicantes a informação relevante para a correta gestão da sua carteira de seguros, nomeadamente através relatórios trimestrais de sinistralidade;
- c) Proceder à identificação, análise e avaliação profissional dos vários riscos;
- d) Formular recomendações não vinculantes e propostas de medidas tendentes à minimização ou eliminação dos riscos identificados e acompanhar a sua implementação;
- e) Avaliar a adequação dos sistemas de segurança aos riscos e aos requisitos legais aplicáveis.

2. Os relatórios trimestrais de sinistralidade devem ser elaborados com base no número de sinistros ocorridos e no montante dos prémios de seguro pago durante o trimestre em causa e devem incluir a identificação dos processos de sinistro que tenham dado entrada no Segurador, com menção da data do sinistro, causa do sinistro, valor indemnizado, valor ap provisionado, dias de baixa e percentagem de Incapacidade Permanente Parcial, Incapacidade Temporária Absoluta e Incapacidade Temporária Parcial bem como dos processos de sinistro que tenham resultado em morte;

3. Os relatórios trimestrais de sinistralidade devem ainda demonstrar a evolução do valor dos sinistros face a períodos anteriores e a períodos homólogos, evidenciar tendências e padrões de comportamento e propor eventuais medidas de prevenção e controlo de riscos.

CLÁUSULA 44.^a

Obrigações específicas na gestão de sinistros

I. No que respeita especificamente à gestão de sinistros no âmbito do Contrato de Seguro, o Corretor deve garantir a correta e atempada promoção de todos os processos de gestão de sinistros, e, nomeadamente, prestar os seguintes serviços:

- a) Determinar, após análise técnica, o enquadramento contratual do sinistro participado;
- b) Acompanhar a intervenção do Segurador e informar a AdP SGPS e as Empresas Seguradas sobre a evolução do processo e sobre a conclusão do mesmo;
- c) Promover junto do Segurador ou Seguradores, em caso de discordância quanto ao enquadramento contratual dos sinistros participados ou quanto aos valores propostos para indemnização, as diligências necessárias à defesa dos interesses das Empresas Seguradas;
- d) Assegurar a correção do valor pelo qual sejam emitidos os recibos de quitação de indemnizações.

CLÁUSULA 45.^a

Estabelecimento

O Corretor obriga-se a ter domicílio profissional e estabelecimento em Portugal e a prestar os serviços adjudicados de forma continuada.

CLÁUSULA 46.^a

Âmbito territorial

I. O âmbito territorial da atividade do Corretor é definido pelo perímetro e âmbito da intervenção profissional requerida, pela localização dos riscos que constituem o objeto dos

Contratos e pelo âmbito territorial dos sinistros ou incidentes análogos que decorram dos mesmos ou que lhes sejam atribuíveis.

2. O âmbito territorial das atividades das Empresas Seguradas não pode fundamentar qualquer limitação à prestação dos serviços de corretagem por qualquer Corretor nem implicar qualquer encargo adicional.

CLÁUSULA 47.^a

Meios humanos

I. O Corretor integrante de cada agrupamento obriga-se a afetar ao cumprimento do Contrato de Corretagem respetivo uma equipa profissional que assegure pelo menos as seguintes funções:

- a) Gestão de sinistros para cada Contrato;
- b) Gestão de riscos para cada Contrato;
- c) Gestão de cliente responsável pela gestão corrente da carteira de seguros do Grupo AdP no âmbito do Contrato.

CLÁUSULA 48.^a

Registo e arquivo de dados e documentos

O Corretor obriga-se a adotar e a cumprir regras de registo e arquivo (físico e digitalizado) de operações e documentos relativos ao(s) Contrato(s) de Seguro e aos sinistros que se lhes refiram em termos que assegurem também o repositório integral de todas as negociações preliminares que lhes respeitem, em estrito cumprimento das obrigações legais aplicáveis.

CAPÍTULO III

RELAÇÕES ENTRE AS PARTES

CLÁUSULA 49.^a

Autonomia do Corretor

1. O Corretor, no âmbito da execução do Contrato de Corretagem, exerce a sua atividade de forma autónoma e independente dos Seguradores, em termos estáveis e duradouros.
2. O Corretor, incluindo as respetivas equipas profissionais, não integra a organização institucional ou organizacional de qualquer uma das Empresas Seguradas, não existindo entre aquele e estas qualquer dependência hierárquica, disciplinar ou societária.
3. O Contrato de Corretagem não pressupõe, em situação alguma, qualquer tipo de *affectio societatis* entre as Empresas Seguradas e o Corretor.
4. As Empresas Seguradas não podem ser, a qualquer título responsáveis por qualquer sanção que seja aplicada ao Corretor pela autoridade de supervisão da atividade de mediação de seguros, nem por quaisquer despesas ou encargos em que aquele incorra na promoção judicial ou extrajudicial da sua defesa.

CLÁUSULA 50.ª

Remuneração

Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, o montante da remuneração devida ao Corretor integrante de cada agrupamento, a título dos serviços de corretagem é incorporado nos recibos dos prémios de seguro a emitir pelos Seguradores, sem prejuízo da correspondente transparência, nos termos previstos no Protocolo de Corretagem.

CLÁUSULA 51.ª

Referências comerciais

1. O Corretor não pode, por qualquer forma, usar ou mencionar a marca, símbolo, insígnias ou logotipo do Grupo AdP ou de qualquer uma das Empresas Seguradas, nomeadamente em quaisquer documentos ou suportes promocionais, sem autorização prévia da AdP SGPS.
2. Para efeitos do Contrato de Corretagem, entende-se por “marca” um qualquer elemento de individualização corporativa, nomeadamente um sinal ou conjunto de sinais suscetíveis de representação gráfica, como palavras (incluindo nomes de pessoas), desenhos, letras, números ou sons.

3. Quando autorizado, o uso das referidas marcas, nomes, sinais distintivos e documentos apenas pode ser feito no âmbito da atividade específica do Corretor e de acordo com as regras do manual de imagem adotado pela Comissão Executiva da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

CAPÍTULO IV INCUMPRIMENTO

CLÁUSULA 52.^a

Sanções contratuais

1. O incumprimento do Contrato de Corretagem por parte de Corretor integrante de um agrupamento concede à AdP SGPS o direito de exigir o pagamento de sanções contratuais em montante a determinar, entre € 250,00 (*duzentos e cinquenta euros*) e € 2.500,00 (*dois mil e quinhentos euros*), fixado em função da gravidade do incumprimento ocorrido e desde que comprovadamente a responsabilidade for imputável ao Corretor.

2. O pagamento das sanções previstas no número anterior pode ser exigido:

- a) Após notificação do Corretor advertindo-o para cumprir a obrigação em falta em prazo razoável estipulado pela AdP SGPS;
- b) Após o decurso integral do prazo estipulado pela AdP SGPS sem que a obrigação em falta tenha sido cumprida.

3. A previsão e a aplicação das sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a AdP SGPS possa, nos termos gerais a exercer o direito de resolução do Contrato de Corretagem, a acionar as garantias prestadas ou a exigir o pagamento de indemnização pelos danos imputáveis ao Corretor.

CLÁUSULA 53.^a

Resolução por iniciativa do Corretor

1. O Corretor integrante de cada agrupamento pode resolver o Contrato de Corretagem nos termos do artigo 332.º do CCP, com as particularidades estabelecidas na presente cláusula.

2. O direito de resolução referido no número anterior apenas pode ser exercido após fixação de um prazo, não inferior a 15 (*quinze*) dias, para resolução da situação comunicada à AdP SGPS.

3. Decorrido o prazo estabelecido no número anterior, o Corretor pode exercer o direito à resolução do Contrato de Corretagem mediante declaração enviada à AdP SGPS, a qual produz efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação

CLÁUSULA 54.^a

Resolução por iniciativa da AdP SGPS

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no artigo 333.º do CCP, a AdP SGPS pode, a título sancionatório, resolver o Contrato de Corretagem no caso de o Corretor integrante de um agrupamento violar de forma grave, reiterada ou sistemática qualquer das obrigações que lhes incumbem.
2. O direito de resolução do Contrato de Corretagem é exercido pela AdP SGPS no interesse de todas as Empresas Seguradas.
3. Nos casos previstos na presente cláusula, o Corretor fica obrigado ao pagamento de indemnização pelos danos causados, incluindo os relacionados com a adoção de novo procedimento de formação de contrato de corretagem, e de outras quantias que sejam devidas, nos termos gerais do direito.
4. O pagamento das quantias previstas no número anterior deve ser realizado pelo Corretor no prazo de 30 (*trinta*) dias após notificação para esse efeito.

CLÁUSULA 55.^a

Regime supletivo

O regime jurídico da mediação de seguros é aplicável supletivamente aos Contratos de Corretagem.

ANEXOS

ANEXO I – SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO

ANEXO I

SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO

I. OBJETO

O contrato de seguro de acidentes de trabalho deve garantir todas as prestações legalmente previstas e todas as demais prestações ou condições que sejam expressamente devidas pelo acordo de empresa da EPAL, pelo acordo coletivo firmado entre as empresas do Grupo AdP e o SINDEL - Sindicato Nacional da Indústria e da Energia e o SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos e pelo acordo coletivo firmado entre as empresas do Grupo AdP e o STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins e outra, ambos publicados no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 41, de 8 de novembro de 2018, bem como por convenção coletiva ou acordo de empresa que venham a ser celebradas, e abrangerão, conforme conste das folhas de férias correspondentes ou declarações análogas tomadas para efeito de seguro, todos os seus colaboradores, incluindo os seus administradores e gerentes, bem como, mediante mera declaração, aprendizes, estagiários, ainda que por prazo curto, formandos ou equiparáveis, nas condições legais sucessivamente aplicáveis.

No **Anexo VI** do programa de procedimento é disponibilizada informação confidencial relativa a cada uma das Entidades Adjudicantes e aos correspondentes volumes anuais de salários previstos para a anuidade de 01 de maio de 2022 a 30 de abril de 2023.

Todas as Entidades Adjudicantes terão cobertura de “salário integral”.

2. MODALIDADE DE COBERTURA

Seguros a prémio variável com acerto do prémio - para mais ou para menos - no final da anuidade. Apresentação mensal, relativa ao período anterior decorrido, das folhas de vencimento ou declarações análogas relativas aos colaboradores em atividade no período de

referência.

Sem prejuízo dos acertos de prémios correspondentes às diferenças salariais que possam estar em causa, o Segurador suportará integralmente a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com base nos salários efetivos apurados como devidos à data de qualquer sinistro, desde que eventual discrepância pontual não seja superior a 15% (entre o salário mensal informado na última folha e o salário mensal à data do sinistro e a considerar para esse efeito), e decorra de apuramento com atraso dos elementos variáveis das remunerações, ou resulte de atraso ou de mero lapso não intencional nem sistemático.

Pagamento de prémios sujeito às condições específicas da apólice uniforme de acidentes de trabalho (artigos 13.º a 17.º da apólice uniforme).

As folhas de vencimentos poderão ser apresentadas em formato eletrónico seguro, codificadas ou encriptadas, sob opção da Entidade Adjudicante e sob protocolo de comunicação específico, sem prejuízo do acesso do(s) Segurador(es) em caso de sinistro à informação codificada e à sua confirmação.

3. ATIVIDADES, REGIMES E LOCAIS DE TRABALHO

Para efeitos de definição da cobertura de acidentes de trabalho e de afastamento de qualquer restrição ou exclusão de cobertura, deverá entender-se, e assim prevalecer no contrato de seguro, que as Entidades Adjudicantes exercem, sempre no sentido mais amplo possível, todas as respetivas atividades, nas diferentes áreas de negócio e de intervenção profissional e institucional do grupo Águas de Portugal e de qualquer das Entidades Adjudicantes, seja a título principal, a título complementar, a título instrumental ou tão só ocasional.

Para efeitos de definição de cobertura de acidentes de trabalho e de afastamento de qualquer restrição ou exclusão de cobertura, deverá entender-se, e assim prevalecer no contrato de seguro, que todos os colaboradores das Entidades Adjudicantes exercem as respetivas atividades, missões, funções, tarefas ou iniciativas – a título principal, a título complementar ou tão só ocasional - em quaisquer locais e em quaisquer condições que correspondam às circunstâncias regulares ou excecionais das diferentes atividades de qualquer Entidade Adjudicante.

Não deverá por isso subsistir ou prevalecer qualquer restrição de cobertura ou limitação de prestações com fundamento nas atividades, nas profissões ou nas condições técnicas, práticas

ou instrumentais do seu exercício, ou em qualquer alegável falta de declaração de circunstâncias sobre as condições dos riscos de acidentes de trabalho, sobre locais de trabalho, ou sobre meios de transporte regulares usados, ou ainda sobre percursos, considerando-se que tudo foi devidamente informado ou que foi propiciado ao Segurador tudo conhecer sobre os riscos a segurar.

Consigna-se que alguns dos colaboradores das Entidades Adjudicantes poderão utilizar, por razões e interesse de serviço, veículos de duas rodas pertencentes às Entidades Adjudicantes ou cujo uso em serviço tenha sido autorizado ou consentido por Entidades Adjudicantes.

Consigna-se ainda que diversos colaboradores das Entidades Adjudicantes, correspondendo aos incentivos públicos nesse sentido (relativos ao uso, à circulação e ao estacionamento), utilizam, nas condições de segurança aplicáveis, veículos de duas rodas, com ou sem motor, nas suas deslocações de e para o local de trabalho.

Para efeitos de definição de cobertura de acidentes de trabalho e de afastamento de qualquer restrição ou exclusão de cobertura, deverá entender-se que o contrato de seguro abrange, nas condições formais aplicáveis, todos os colaboradores das Entidades Adjudicantes que exercem ou poderão eventualmente exercer em situação de “*pluralidade de empregadores*” (artigo 101.º do Código do Trabalho), em “*comissão de serviço*” (artigo 161.º do Código do Trabalho), em regime de “*cedência ocasional*” (artigo 290.º do Código do Trabalho), em qualquer regime formal, ou só de facto, de mobilidade intraempresas e interempresas, ou em qualquer outra circunstância, de vinculação ou de exercício, própria de um grupo empresarial.

Para efeitos de definição de cobertura de acidentes de trabalho e de afastamento de qualquer restrição ou exclusão de cobertura, deverá entender-se ainda que o contrato de seguro abrange, nas condições formais aplicáveis, colaboradores em regime de cedência de interesse público que trabalham em e para algumas das Entidades Adjudicantes, sem que isso possa restringir, afetar ou condicionar a cobertura, as prestações e as correspondentes condições, devidas em caso de acidente de trabalho.

Para efeitos de definição de cobertura de acidentes de trabalho e de afastamento de qualquer restrição ou exclusão de cobertura, deverá entender-se ainda, e assim prevalecer nos contratos de seguro que lhe correspondam que, nas condições formais aplicáveis, alguns dos trabalhadores que integram o quadro de pessoal de algumas Entidades Adjudicantes podem exercer a sua atividade em acordo de destacamento em outros países em que o Grupo ou a Entidade Adjudicante empregadora exerçam ou pretendam exercer atividade.

4. COBERTURAS

Cobertura legal nos termos da legislação, das normas regulamentares em vigor para os acidentes de trabalho e para o seu seguro, e dos acordos coletivos, portarias de extensão ou acordos de empresa que sejam aplicáveis.

O salário integral convencionado servirá para cálculo de todas as prestações económicas e corresponderá a 80% do salário efetivo e ilíquido auferido pelo trabalhador à data do acidente. Em extensão do critério de salário integral seguro, prevalecerão ainda quaisquer critérios mais abrangentes que devam resultar de convenções coletivas, portarias de extensão aplicáveis ou acordos de empresa aos colaboradores de qualquer das Entidades Adjudicantes.

Extensão da cobertura e das garantias a acidentes decorrentes da prática desportiva pelos trabalhadores seguros, quando em representação da Entidade Adjudicante, quer diretamente, quer através do seu grupo ou núcleo desportivo para as Entidades Adjudicantes que o indiquem, a partir de qualquer momento da vida do contrato.

Para os colaboradores expatriados: *“extensão automática da cobertura para deslocações profissionais de qualquer pessoa segura no estrangeiro, ou para deslocações a Portugal, sem necessidade de informação prévia”*.

Para os colaboradores em Portugal: *“extensão automática da cobertura para deslocações profissionais de qualquer pessoa segura ao estrangeiro, sem necessidade de informação prévia, para períodos de até 30 dias seguidos”*, independentemente do número de deslocações em cada ano civil ou na anuidade.

Cobertura automática convencional de riscos políticos em Portugal: agressões, atentados e outros atos de violência, quando não ocorram em consequência de guerra civil ou estrangeira, declarada ou não, e tais atos ocorram em circunstâncias que permitam caracterizar um acidente de trabalho, em função do local, do tempo e da atividade

Cobertura convencional de riscos políticos no estrangeiro: cobertura extensiva a riscos de guerra, declarada ou não, invasão, ato de inimigo estrangeiro, hostilidades armadas de qualquer tipo, declaradas ou não, guerra civil, rebelião, revolução, insurreição, terrorismo, usurpação de poder ou tomada de poder militar, greves, tumultos, comoções civis ou danos maliciosos, na condição de que tais acontecimentos não fossem facilmente previsíveis e as pessoas seguras deslocadas tenham sido surpreendidas pelo começo dos acontecimentos durante a sua

deslocação, sem o poder evitar, e desde que não haja participação voluntária ou indevidamente consentida da pessoa segura nos acontecimentos.

A cobertura convencional garantida de riscos políticos no estrangeiro cessará no prazo de 14 dias contados desde o início de tais acontecimentos.

Ter-se-á como data e hora de início de tais acontecimentos a data e hora da declaração de estado de sítio no território de ocorrência ou, na falta de tal declaração por grave perturbação da ordem constitucional interna, desde a data e hora em que se devam ter como verificados os fundamentos que face à legislação nacional (artigo 8.º da Lei n.º 44/86, de 30 de setembro, com a redação dada pela Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio, ou disposições legais que lhe sucedam) determinariam a declaração de tal estado de exceção em Portugal.

A definição de terrorismo adotada pela lei portuguesa (Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, na redação em vigor e outra qualquer legislação específica que a altere, acrescente ou substitua) valerá como perímetro máximo de delimitação de qualquer exclusão contratual e como perímetro mínimo de delimitação de qualquer extensão de cobertura.

As condições de cobertura ter-se-ão como permanentemente adaptadas à evolução de condições com incidência nas prestações de acidentes de trabalho que tenham por fonte a lei, normas regulamentares, contratos ou acordos coletivos ou portarias de extensão, ou mesmo acordos de empresa, como vigorem sucessivamente.

5. REDE CLÍNICA

Acesso prioritário dos sinistrados das Entidades Adjudicantes a rede de hospitais, clínicas, médicos, enfermeiros e fisioterapeutas, incluída nas propostas, devendo todas as unidades públicas ou privadas de cuidados de saúde estar devidamente licenciadas, equipadas e dotadas para os cuidados típicos decorrentes de acidentes de trabalho e para as valências complementares típicas, devendo todos os profissionais de saúde estar habilitados e credenciados para as respetivas funções e especialidades, devendo estar adequadamente referenciadas as unidades para cuidados emergentes ou urgentes, e devendo tal rede assegurar a cobertura adequada, por localidade e concelho, tendo em conta, pelo menos, a geografia das instalações das Entidades Adjudicantes.

6. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Condições uniformes da cobertura obrigatória de seguro em acidentes de trabalho, fixadas pela Portaria n.º 256/2011, de 5 de julho, ou condições sucedâneas ou complementares fixadas por ulteriores normas legais ou regulamentares.

Condições gerais e especiais compatíveis com as condições definidas.

Salvaguarda expressa de condições que devam corresponder a disposições legais ou regulamentares, com incidência obrigatória em matéria de acidentes de trabalho, previstas em convenções coletivas de trabalho, ou em acordos de empresa, ou em portarias de extensão ou em instrumentos de fixação de garantias análogos.

Salvaguarda expressa das condições decorrentes do Caderno de Encargos e seus anexos.